



Comissão debate hoje novas regras para partilha e royalties

Agência Petróleos de Notícias



Recursos do petróleo, como os provenientes da Bacia de Campos, seguirão regras que deverão surgir do anteprojeto feito pela comissão

Dívidas dos estados também serão discutidas pelos especialistas que analisam para o Senado propostas de um novo pacto federativo

Colegiado presidido pelo ex-ministro Nelson Jobim estuda dois modelos para partilha do Fundo de Participação dos Estados: um que busca equalizar as receitas estaduais e outro que se baseia em indicadores de desenvolvimento. Parte significativa dos royalties seria distribuída de acordo com os mesmos critérios.

Para correção das dívidas dos estados, a comissão propõe que o IGP-DI seja trocado pelo IPCA. O trabalho do grupo foi estendido até o fim de outubro. **3**

Conselho de Comunicação realiza novo encontro hoje 4

Comissão que analisará a Lei da Arbitragem terá 13 senadores 2

Relator não crê em vetos de Dilma à MP do Código Florestal 4

Legislativo terá previdência complementar gerida pelo Executivo

Após estudos técnicos, o Poder Legislativo federal decidiu que a previdência complementar dos funcionários será

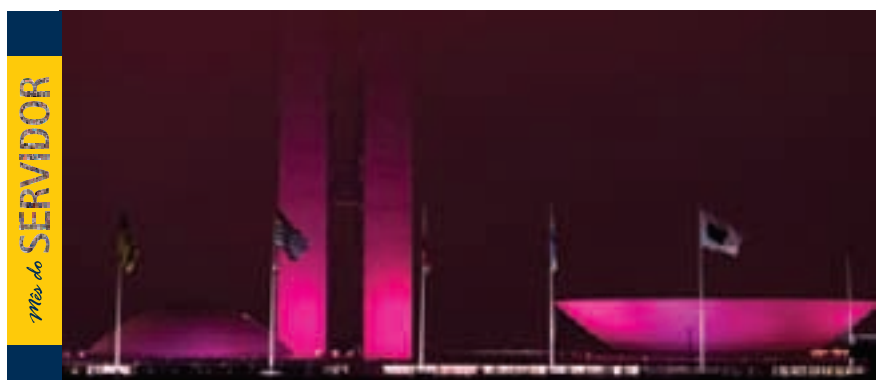
gerida pela fundação responsável pelo fundo de pensão dos servidores do Executivo. O Legislativo não criará uma

fundação própria. Os planos dos dois Poderes, porém, serão administrados separadamente. **2**



Pedro Franco/Agência Senado

Taquígrafos em trabalho no Senado: novos servidores do Poder Legislativo que quiserem complementar aposentadoria poderão aderir a fundo de pensão



Mês do SERVIDOR

Lançamento da campanha de prevenção contra o câncer de mama

Outubro Rosa

Sessão solene: 1º de outubro | 18h | Plenário do Senado Federal

SENADO FEDERAL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Saics | Foto: Agência Senado | Arte: Supres



Doris discursa na posse de servidores: Senado aguarda regulamentação do Funpresp-Exe pelo Ministério do Planejamento

Senado aderirá ao fundo de pensão do Poder Executivo

Estudo mostrou que Legislativo não tem condições de criar plano de previdência complementar para os funcionários no curto prazo; contas do Executivo e do Legislativo, porém, serão geridas separadamente

OS SERVIDORES DO Poder Legislativo vão poder aderir à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). A decisão foi anunciada na sexta-feira pela diretora-geral do Senado, Doris Peixoto.

O Decreto 7.808/12, assinado pela presidente Dilma Rousseff no dia 20 de setembro, cria a

Funpresp-Exe, que cuidará da previdência complementar dos servidores do Executivo e prevê a possibilidade de adesão dos servidores do Senado, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Para começar a funcionar, a fundação ainda tem de cumprir

requisitos burocráticos, como elaboração de estatuto, celebração de convênios e obtenção de autorização para operar. O prazo acaba em janeiro.

A lei que instituiu a previdência complementar dos servidores públicos (Lei 12.618/12) prevê a possibilidade de criação de três fundos (um para o Legislativo, outro para o Executivo e outro para o Judiciário). De acordo com a diretora-geral do Senado, a decisão de aderir ao fundo do Executivo foi tomada com base na avaliação técnica de uma comissão do Senado, da Câmara e do TCU. Segundo os estudos, os três não têm condições de criar um fundo de previdência próprio em curto ou médio prazos.

Os planos de benefício do Legislativo, porém, serão administrados de maneira independente, explicou o consultor legislativo Rafael Silva, que participou dos estudos.

Para formalizar a adesão, o Poder Legislativo aguarda a regulamentação do Funpresp-Exe pelo Ministério do Planejamento.

Previdência complementar valerá para novos servidores

Os servidores admitidos a partir da regulamentação do Funpresp-Exe estarão sujeitos ao teto de aposentadoria do INSS, que é de R\$ 3.916,20. Esse é também o teto de contribuição: um servidor que recebe salário de R\$ 10 mil, por exemplo, terá desconto de R\$ 430,78.

Para ter cobertura previdenciária sobre o restante do salário (R\$ 6.083,80, no exemplo), o servidor poderá recorrer à Funpresp-Exe, contratando um

plano complementar.

O servidor contribuirá com 8,5% sobre esses R\$ 6.083,80 (no exemplo), pagando para o Funpresp-Exe uma contribuição adicional de R\$ 517,12. A União também entrará com 8,5%.

O servidor terá flexibilidade para contribuir com mais ou menos de 8,5%.

O valor da aposentadoria ou pensão dependerá de fatores como o desempenho financeiro do fundo, que fará aplicações no mercado.

Comissão estuda 7 indicados para assumir embaixadas

Estão prontos para entrar na pauta da Comissão de Relações Exteriores os três nomes indicados pela presidente Dilma Rousseff para assumir embaixadas. As indicações chegaram ao Senado em agosto e somam-se a quatro que aguardam decisão da comissão.

Ricardo Neiva Tavares foi indicado para a Itália; Gustavo Martins Nogueira, para o Malawi; e Paulo Uchôa Ribeiro Filho, para o Congo.

Após a apresentação de parecer dos relatores, os três serão sabatinados pela CRE. Se forem aprovados, seus nomes

serão votados pelo Plenário.

Também aguardam deliberação da CRE as indicações de Arnaldo Caiche D'Oliveira, para Níger; de Ana Maria Sampaio Fernandes, para a Namíbia; de Affonso de Alencastro Massot, para o Líbano; e de Wanja da Nóbrega, para Bangladesh.

Comissão que vai rever a Lei de Arbitragem deve passar de 6 para 13 integrantes

A comissão especial de juristas proposta por Renan Calheiros (PMDB-AL) para atualizar a Lei de Arbitragem e Mediação (Lei 9.307/96) deverá ter 13 e não apenas seis integrantes. É o que propõe requerimento apresentado pelo senador semana passada.

A criação do colegiado foi aprovada em agosto pelos senadores e, após sua instalação, terá 180 dias para apresentar um anteprojeto de reforma da legislação.

Por sugestão de Renan, a comissão será presidida pelo

ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A participação na comissão de juristas não será remunerada, constituindo serviço público relevante prestado ao Senado.

A comissão especial se soma a outras formadas nos últimos anos para colaborar no processo de aperfeiçoamento da legislação brasileira, como as encarregadas de propor as reformas do Código de Processo Penal, Código de Processo Civil, Código de Defesa do Consumidor, Código Eleitoral e Código Penal.

CORREÇÃO

Ao contrário do que informou o **Jornal do Senado** no texto "CMO aprova créditos extraordinários de mais de R\$ 7 bilhões" (edição 3.743, 26 de setembro), as medidas provisórias (MPs 572/12 e 573/12) aprovadas pela Comissão Mista de Orçamento não serão votadas em sessão conjunta do Congresso Nacional. Elas seguirão o trâmite normal de MP — comissão especial, Plenário da Câmara e Plenário do Senado. As medidas foram apreciadas pela CMO por tratarem de crédito extraordinário.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO: Discursos

14h Sessão não deliberativa, sem votações, para discursos dos senadores.

COMUNICAÇÃO: Regimento Interno

11h30 Reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso para definir a agenda de trabalho, apresentar triagem de proposições e analisar o relatório referente à proposta de alteração do Regimento Interno.

OUTUBRO ROSA: Iluminação especial

18h Sessão solene do Congresso em homenagem ao movimento Outubro Rosa, que tem o objetivo de promover a luta contra o câncer de mama. Haverá iluminação especial do Palácio do Congresso, em adesão ao movimento, desde a rampa de acesso ao palácio.

TERÇA

COMISSÃO MISTA/MP: Caixa e BB

14h Instalação da comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP 581/12, que libera recursos da União para a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

COMISSÃO MISTA/MP: Desoneração

14h30 Instalação da comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP 582/12, que trata da desoneração da folha de pagamento para setores da indústria e serviços. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Anibal Diniz

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



A divisão dos recursos do petróleo deverá seguir critérios do Fundo de Participação dos Estados

Royalties e partilha voltam ao debate hoje

Novos indexadores para as dívidas dos estados com a União são outro tema que será discutido pela comissão de especialistas que prepara anteprojetos para um novo pacto federativo

A COMISSÃO DE especialistas que analisa propostas para um novo pacto federativo volta a se reunir hoje para debater mudanças nas regras para partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos royalties do petróleo.

Presidida pelo ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim e formada por 14 especialistas, a comissão foi criada pelo presidente do Senado, José Sarney, para apresentar propostas de maior equilíbrio federativo.

Além de novas regras para o FPE e para a divisão dos royalties do petróleo, a comissão também priorizou a análise de indexadores das dívidas dos estados com a União e medidas para acabar com a guerra fiscal entre as unidades da Federação.

Fundo dos estados

Com relação ao critério para distribuição dos recursos do FPE, dois modelos estão em discussão na comissão: o que busca equalizar as receitas estaduais e o que se baseia em indicadores de desenvolvimento.

No primeiro modelo, a distribuição dos recursos do fundo é feita de forma a tornar mais uniforme a receita per capita dos estados, com maior transferência para aquele com menor receita. Já o segundo modelo é focado em indicadores que indiretamente apontem os estados mais necessitados de receita, como renda per capita e tamanho da população, entre outros.

A Comissão do Pacto

Federativo ainda analisa prós e contras de cada modelo e, de acordo com o relator do grupo, o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, o resultado pode ser uma combinação dos dois.

De toda forma, parece haver consenso no grupo no sentido de que, qualquer que seja a solução adotada, não deverá representar perda real para nenhum estado e deverá prever mecanismo de transição, para evitar mudanças bruscas na passagem para o novo modelo.

Outro aspecto consensual na comissão é a preocupação com a urgência que o tema requer, devido a entendimento do STF de que as normas atuais só valerão até 31 de dezembro. Depois dessa data, caso não se chegue a novas regras, estarão suspensas as transferências para os estados.

Royalties

Quanto aos critérios para partilha dos recursos do petróleo, a proposta a ser apresentada pelos especialistas deverá estar condicionada à decisão sobre o FPE. Isso porque o projeto que trata dos royalties (PL 2.565/11) prevê que parte significativa dos recursos seja distribuída de acordo com critérios adotados para o fundo.

O projeto que trata dos royalties já foi aprovado no Senado e aguarda deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados. A Comissão do Pacto Federativo discute mecanismos para que estados que perderem com o FPE possam ser compensados na partilha dos royalties.

Prioridades na agenda

FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (FPE)

É composto pelos recursos que a União transfere aos estados e ao DF. Corresponde a 21,5% da arrecadação com o IR e o IPI. A regra de distribuição por cotas fixas só valerá até 31 de dezembro. A comissão estuda dois modelos. No primeiro, a ideia é transferir mais dinheiro para os estados de menor receita per capita. No segundo, destinar mais recursos para os estados mais pobres.

ROYALTIES DO PETRÓLEO

A palavra royalty vem da Inglaterra e indicava pagamento à realeza por disponibilizar terras para a extração de minérios. Atualmente, no Brasil, os royalties do petróleo são divididos entre União e estados e municípios produtores. Projeto aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara muda as regras, determinando que grande parte do dinheiro seja distribuída de acordo com o FPE. Assim, o que a comissão decidir sobre o fundo pode ter reflexo direto sobre os royalties.

DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO

É corrigida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). A Comissão quer trocá-lo pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Também propõe fixar os juros em 3% ao ano — metade da taxa atual — e reduzir de 13% para 11% o limite da receita que os estados poderão comprometer com o pagamento.

FIM DA GUERRA FISCAL

Para disciplinar a competição entre estados, a comissão deve propor que um benefício fiscal só seja criado por aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne o ministro e os secretários estaduais da Fazenda.

TRABALHOS ESTENDIDOS ATÉ O FIM DE OUTUBRO

Os trabalhos da Comissão Especial do Pacto Federativo, criada em 15 de março, foram estendidos até o fim de outubro. A data inicialmente marcada para encerramento das atividades era 22 de setembro.

Os especialistas apresentarão ao presidente do Senado anteprojetos tratando dos temas priorizados pelo colegiado, que serão posteriormente transformados em projetos de lei e analisados pelos senadores.

Autorização por unanimidade contra guerra fiscal

Para eliminar distorções e disciplinar a competição fiscal entre os estados, os especialistas devem propor que isenção e benefício fiscal só sejam autorizados mediante aprovação unânime pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Quanto às situações que fugiriam a essa unanimidade, os especialistas pretendem “dar um contorno mais moderno às exceções hoje existentes na lei”, segundo explicação de Everardo Maciel. A proposta deve incluir a conceituação de isenção, incentivo e benefício fiscal, especificando então a forma pela qual vai se deliberar sobre cada um.

Ainda de acordo com o relator, o texto deve prever um “regime extremamente duro”, que impeça os 26 estados e o Distrito Federal de concederem benefícios fiscais ilegais no âmbito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), um dos principais instrumentos usados na guerra fiscal entre estados.

Dívidas dos estados podem ganhar novo índice de correção

Em reunião anterior da comissão, foi consenso proposta de troca do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), hoje usado para correção das dívidas dos estados, pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Pela proposta, a taxa de juros seria fixa, em 3% ao ano — metade da cobrada hoje —, e o comprometimento da receita líquida real dos estados com o pagamento da dívida cairia de 13% para no máximo 11%. Os especialistas também propõem alterar o prazo máximo para pagamento de saldo devedor.

Os contratos firmados entre estados e União, com base na Lei 9.496/97, preveem 30 anos de prazo de pagamento. Após esse período e havendo valores residuais, a lei prevê mais

dez anos para quitação. Na proposta dos especialistas, o prazo para quitar o saldo residual pode desaparecer, ficando estabelecido o pagamento conforme o limite de comprometimento, no tempo necessário.

A dívida total dos governos estaduais, sem contar as estatais, somava quase R\$ 453,5 bilhões em dezembro de 2011, segundo o Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, sendo a União credora de 90% desse valor. Os demais 10% representavam dívidas bancárias e externas.

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul concentram 90% dos valores renegociados com a União e lideram um movimento pela mudança do índice, sendo os governos mineiro e gaúcho os que apresentam maior comprometimento de caixa com o pagamento da dívida.

Movimento Outubro Rosa, de conscientização contra câncer que mais atinge as mulheres, tem a adesão do Senado e da Câmara com sessão solene e iluminação especial a ser inaugurada hoje

Congresso recebe luz rosa contra o câncer de mama

EM CAMPANHA PELO combate ao câncer de mama, o Congresso Nacional realiza hoje sessão solene no Plenário do Senado para homenagear o movimento Outubro Rosa, que visa conscientizar as pessoas sobre a importância da prevenção da doença.

Na sequência, no Salão Negro, haverá o ato de iluminação que deixará rosa a fachada do Congresso. A cor é a mesma usada no laço que simboliza a luta contra o câncer de mama.

Ao mesmo tempo, também ganharão iluminação rosa os principais monumentos do Distrito Federal, como a Torre de TV e a Catedral de Brasília. Os prédios públicos ficarão iluminados por todo o mês de outubro.

O Outubro Rosa tem o objetivo de estimular a participação da população, empresas e entidades na prevenção e combate ao câncer de mama. O movimento começou nos Estados Unidos, no final da década de 1990, mas só chegou ao Brasil em 2008.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o



câncer de mama é o segundo mais frequente no mundo e o mais comum entre as mulheres, respondendo por mais de 20% dos novos casos a cada ano.

No Brasil, o câncer de mama também é o de maior incidência entre as mulheres. Para o ano de 2012, foram estimados 52.680 casos novos, que representam uma taxa de incidência de 52,5 casos por 100 mil mulheres. Se for detectado precocemente, no entanto, quando as lesões têm menos de dois centímetros de diâmetro, aumentam as chances de cura e sobrevida.

Marcada para as 18h, a sessão solene é de iniciativa da senadora Ana Amélia (PP-RS) e da deputada federal Janete Pietá (PT-SP). Será realizada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, em parceria com o governo do Distrito Federal, a Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) e a ONG Recomeçar. Os convidados devem vestir uma peça cor-de-rosa.

No dia 18, Senado e Câmara promoverão palestra sobre o câncer de mama.

Servidores

No Senado, as ações do Outubro Rosa integram a programação que marca o Mês do Servidor. Também estão previstos torneio esportivo, exposições, apresentações musicais e palestra com o maestro João Carlos Martins, entre outras atrações.

Além disso, o Senado preparou uma agenda especial para comemorar o mês das crianças, com música, visita ao local de trabalho dos pais e jogos.

Conselho de Comunicação analisa projetos sobre o setor

O Conselho de Comunicação Social (CCS) reúne-se hoje, às 11h30, quando será apresentado o levantamento dos projetos sobre o setor em tramitação no Senado e na Câmara. A pesquisa deve apontar as prioridades que vão orientar o trabalho do órgão.

Os conselheiros querem maior participação da sociedade no debate sobre a área. Para isso, aprovaram na última reunião a remodelação do antigo site do CCS, de forma a deixá-lo mais interativo.

O site trará explicações sobre a atuação do conselho, sua

composição, prerrogativas e competências. Também disponibilizará atas, projetos, pareceres, estudos e outros documentos.

O CCS é composto por 13 titulares e 13 suplentes, com representantes de veículos de comunicação e de categorias profissionais, além de cinco membros da sociedade civil.

Na reunião de hoje, o conselheiro Miguel Ângelo Cançado apresentará relatório referente à proposta de alteração do regimento interno do Conselho, de autoria do conselheiro Alexandre Kruehl Jobim.



Pasto em Cáceres (MT): texto muda recomposição de mata em propriedades rurais

Para Luiz Henrique, Dilma não vetará MP do Código Florestal

Relator da medida provisória do Código Florestal, o senador Luiz Henrique (PMDB-SC) disse acreditar que o texto será sancionado na íntegra pela presidente Dilma Rousseff.

A tramitação da MP 571/12 no Congresso foi encerrada na semana passada, após ser aprovada no Senado.

— A presidente entenderá que esse foi o “acordo possível” para restabelecer o equilíbrio e reaver pontos importantes para a conservação do meio ambiente. Ela não vetará o projeto.

O senador disse que a “correlação de forças” no Congresso

dificultou a manutenção do texto original da MP e do seu relatório.

Para Luiz Henrique, entre os maiores avanços do novo Código Florestal estão os benefícios aos pequenos e médios produtores rurais e à agricultura familiar.

Outro avanço fundamental, ressaltou ele, é a recomposição escalonada nas áreas de proteção permanente (APPs) localizadas nas margens de rios e veredas.

— Essa nova legislação garantirá o futuro das novas gerações e tornará o Brasil o maior celeiro de alimentos do mundo — afirmou.



Mulher se submete a mamografia na Santa Casa de São Paulo: país registrará 52 mil novos casos de câncer de mama este ano

Senado divulga remuneração nominal de senador e servidor

O Portal da Transparência do Senado Federal (www.senado.gov.br/transparencia) divulga, a partir de hoje, os subsídios dos senadores e os salários dos servidores efetivos e comissionados de forma individualizada e nominal. O Senado já publicava a lista completa de remunerações, sem os nomes, em cumprimento a decisão judicial liminar em ação de iniciativa do Sindilegis, o sindicato dos servidores do Legislativo que suspendeu, em parte, a eficácia do Ato 10/12 do Senado.

Recentemente, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região cassou a liminar. Com isso, a

divulgação passa a atender integralmente o Ato 10/12. A consulta aos dados será feita a partir de listagem inicial contendo a relação de nomes ou cargos, em ordem alfabética, dos senadores e servidores. As informações individuais serão automaticamente disponibilizadas mediante prévia identificação do interessado, conforme previsto no artigo 10, § 1º, da Lei 12.527/11. Entretanto, para atender a demanda de pesquisas em dados abertos, será mantida a publicação das planilhas na forma atualmente disponibilizada, sem a identificação nominal.

Sessões de votação em Plenário serão retomadas dia 16

O Plenário do Senado volta à normalidade dia 16. Uma das prioridades será a votação da MP 572/12, que autoriza a liberação de R\$ 381,2 milhões para as populações atingidas por desastres ou calamidades no Nordeste.

De 1º a 5 de outubro haverá sessões não deliberativas. Dia 8, sessão especial pelo Dia do Administrador. E de 9 a 11, mais sessões não deliberativas. No dia 15, homenagem ao Dia do Aviador. No dia seguinte, o Plenário põe fim ao chamado recesso branco ocasionado pelas eleições municipais.

Ministro da Justiça debaterá Código do Consumidor

No dia 16, o Senado realizará uma audiência pública com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin sobre os três projetos de lei que modernizam o Código de Defesa do Consumidor.

O anúncio foi feito pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Ele é relator da comissão especial que analisa as propostas feitas por juristas para atualizar o código, que é de 1990.

Um dos projetos trata do

comércio via internet, modalidade que não existia na época. Outro busca evitar o superendividamento dos consumidores. O último agiliza a tramitação das ações judiciais coletivas referentes a relações de consumo.

Ferraço espera aprofundar o debate e cogita a possibilidade de convidar representantes de empresas de telefonia e de sites de venda para a audiência pública seguinte. A expectativa do senador é que os projetos sejam votados na comissão até o fim do ano.